

Proc. 2332/17



**Câmara Municipal  
de Porto  
Alegre**

Excelentíssimo Senhor Cássio Trogildo,  
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS

**VALTER NAGELSTEIN**, Vereador que esta subscreve, vem à V. Exa., requerer que após os trâmites regimentais elencados nos art. 96 do Regimento deste Legislativo e no parágrafo único do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja encaminhada a seguinte

## **INDICAÇÃO de Projeto de Lei,**

ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Alegre/RS,

Para que tome as providências necessárias à elaboração de Decreto que regulamente a Lei n.º 10.337, de 28 de dezembro de 2007, que determina o uso de infraestrutura exclusivamente subterrâneas para a transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra óptica, de televisão a cabo e de outros cabamentos nos locais que especifica e dá outras providências, pelas razões que passa a expor:

### JUSTIFICATIVA

A fiação subterrânea, apresenta diversas vantagens do ponto de vista da infraestrutura das cidades. "O sistema evita problemas de descarga elétrica oriunda de raio na rede de distribuição exposta, conseqüentemente reduz o risco de apagões nos bairros. Há, ainda, a questão ambiental em que se veria reduzido

o impacto visual com menos poluído daí derivada em se comparando com uma rua sem rede elétrica aparente.

As vantagens para o sistema e a população são muitas, a começar, claro, pela segurança.

Os custos para essa mudança são bastante elevados, mas serão compensados pela redução nos gastos com manutenção quando estaria se evitando o dano causado por intempéries, acidentes de trânsito e pelo desgaste ocasionado pela poluição. Outro ganho para a cidade é a substituição dos antigos postes de concreto, adaptados para a colocação das luminárias, por postes específicos de iluminação pública – condizentes com normas e planejamentos ambientais direcionados ao quesito poluição visual. Assim, é possível, inclusive, melhorar a iluminação das ruas.

Os cabos de telefonia, internet e TV recebem recobrimento diferente do que é dado aos cabos de energia. “Existe um isolamento, como se fosse uma malha para proteger o fio contra a interferência de ruídos no sinal. De maneira geral, a argumentação técnica vai no sentido de que quando os cabos estão enterrados, o sinal de transmissão é melhor. Sem esquecer, no entanto, que a fiação subterrânea também precisa ser protegida contra adversidades, como a presença de roedores: “É preciso tomar cuidado com ratos, que podem entrar na tubulação, roer a fiação e provocar algum curto-circuito. Mas isso é pouco quando comparado aos problemas existentes com a fiação aérea”.

Em âmbito federal, não há legislação específica, no entanto, o programa MONUMENTA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério da Cultura, destina desde 2010, mais de R\$ 205 milhões para revitalizar centros históricos no Brasil, incluindo o enterramento de cabos elétricos.

A viabilização do sistema de redes subterrâneas continua em aberto, mas iniciativas realizadas nos Estados de São Paulo e Paraná têm mostrado, seja em parcerias público-privadas ou em investimentos da própria municipalidade, um

caminho viável para a aprovação de projetos. Vale lembrar que em decorrência da Copa de 2014, em várias cidades-sede dos jogos há empresas dispostas a dividir os custos da construção de galerias subterrâneas.

A propositura e aprovação da Lei nº 10.337, de 2007, que até o momento ainda aguarda a regulamentação por parte do Executivo Municipal, vem ao encontro de uma tendência promovida nas grandes cidades brasileiras. Como exemplo temos a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a Lei nº 14.023, de 8 de julho de 2005, que, devidamente regulamentada pelo Executivo Paulista, obrigou que se passasse a enterrar toda a fiação aérea existente na cidade de São Paulo, o que vem ocorrendo desde então.

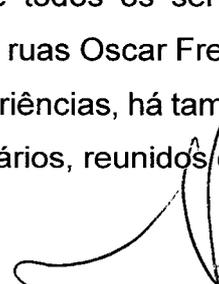
A propósito, convém referir que o custo das obras para enterrar os cabos e fios pode ser viabilizado e dividido com a iniciativa privada, por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

Com efeito, um estudo realizado por acadêmicos de engenharia elétrica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) concluiu que as empresas privadas que desejam valorizar o lugar em que atuam e melhorar o entorno de seus escritórios (para o bem de seus próprios negócios).

A iniciativa privada pode decidir ajudar a cidade a se livrarem do emaranhado dos fios e cabos pendurados, principalmente quando os lucros do crescimento do mercado imobiliário pagarem o investimento .

Nesse sentido, entre os bons exemplos nos quais os investimento necessário para enterrar cabos e fios foram realizados por PPPs, citam-se os serviços feitos pela Prefeitura de São Paulo em parceria com a iniciativa privada nas avenidas Paulista, Rebouças, Faria Lima, 9 de Julho e na Rua Avandava.

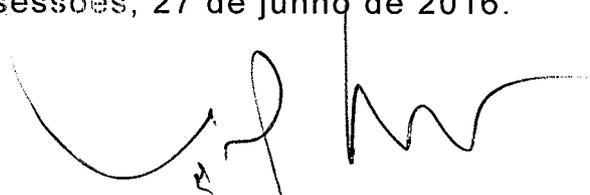
Inclusive, em algumas partes da Cidade todos os serviços foram custeados pela iniciativa privada, tais como trechos das ruas Oscar Freire, Amauri, João Cachoeira e Vitorio Fasano. Somado a essas experiências, há também o caso da região da Vila Olímpia, no qual um grupo de empresários, reunidos em torno da



ONG Colmeia SP, juntamente com a Administração Pública, viabilizou o enterramento das redes aéreas.

A troca da fiação dos postes por sistema subterrâneo é benéfica em muitos aspectos. Além de minimizar a poluição visual e contribuir com a revitalização urbana, o enterramento de fios e cabos reduz o risco de rompimento da fiação e acidentes, assim como diminui a ocorrência de furtos e ligações clandestinas. Sem esquecer que promove a melhora na acessibilidade, pois a remoção de postes amplia e permite livre mobilidade de pedestres nas calçadas”

Sala de sessões, 27 de junho de 2016.



**VALTER NAGELSTEIN**  
**VEREADOR**